

**Jornal Negócios**

25-11-2014

Periodicidade: Diário**Classe:** Economia/Negócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 18239**Temática:** Economia**Dimensão:** 2301**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/34/35**Entrevista**

Paulo Trigo Pereira:
“Há gestão política
do ciclo de pagamentos
das PPP”

PAULO TRIGO PEREIRA PRESIDENTE DO IPP E PROFESSOR NO ISEG

“Há gestão política do ciclo dos pagamentos das PPP”

O OE é optimista e pouco transparente, mas não cede totalmente ao eleitoralismo, diz o economista que não vê espaço para baixar impostos e defende que será preciso ir mais longe no controlo da despesa com pensões.

RUI PERES JORGE
rpjorge@negocios.pt

Paulo Trigo Pereira passa em revista o Orçamento para 2015 que hoje é aprovado na Assembleia da República e antecipa algumas das principais ideias que amanhã apresentará e estarão em discussão na conferência que o “IPP – Thomas Jefferson – Correia da Serra” organiza no ISEG. Durante uma hora, falou com o Negócios sobre um documento que, diz, é 50% eleitoralista.

É um orçamento optimista?

É claramente optimista. No crescimento está na banda superior de um intervalo que andará entre 1% e 1,5%. Eu apontaria para 1,2%, 1,3%. É também relativamente optimista no consumo privado, na receita fiscal e nos resultados do combate à fraude e evasão fiscais.

O Governo espera que o défice estrutural [o que ajusta a diferença entre receitas e despesas ao efeito do ciclo económico e medidas temporárias] diminua. A troika diz que aumenta. Como é: sobe ou desce?

Penso que subirá. A previsão do Governo resulta de uma estimativa de saldo global de 2,7%. Nós, no IPP, consideramos que, sem medidas extraordinárias, deverá ficar em 3,1% e com medidas extraordinárias rondará os 2,9%. Com este saldo global, o saldo estrutural subirá. É um orçamento de ano eleitoral.

É um orçamento eleitoralista?
Diria que é 50% eleitoralista. A parte realista são as medidas de corte na despesa, a reposição de apenas 20% dos cortes salariais e o facto de não baixar a sobretaxa de IRS. A parte eleitoralista resulta de ter abdicado das suas convicções em matéria de pensões, que é uma questão fundamental. E inclui ainda um deslize da meta de défice orçamental.

Acredita que vai receber parte da sobretaxa de IRS em 2016, o que o Governo se comprometeu a fazer se a receita fiscal deste ano em IVA e IRS ficar acima do previsto no OE?

Acho que não haverá margem. E essa ideia é peregrina porque toda a gente sabe que o Orçamento é anual. Tudo o que se possa prever para o futuro não é vinculativo.

Qual o maior risco do Orçamento?

A sobrestimação de receitas fiscais. O Governo espera que a receita cresça duas vezes mais que o PIB nominal. Há uma sobrestimação do crescimento económico e da confiança do Governo nos resultados do combate à fraude e evasão fiscal.

As reformas do IRS e da fiscalidade poderão não estar refletidas nos mapas de orçamento, mas o OE não é claro. Tem uma conclusão sobre isso?

Não tenho. Mas o que sabemos é que as reformas só começarão a ser debatidas no Parlamento depois da aprovação final global do Orçamento. Isto é completamente anacrónico porque o que for aprovado terá impacto nos mapas orçamentais, que deveriam ser alterados.

“Não há margem para descida de impostos se se quiser manter alguma trajectória de consolidação orçamental. Com o histórico de défices desde o 25 de Abril, Portugal precisa de recuperar alguma credibilidade.”

Como classifica o Orçamento do ponto de vista da transparência?

Neste aspecto é muito pouco transparente porque não tem um sumário executivo com as orientações e as principais alterações – remete para um discurso da ministra das Finanças que não está lá; não tem uma perspectiva plurianual para receitas e despesas; e é pouco transparente no investimento público.

Porquê?

Não está claro no Orçamento se há investimento público. Há um ligeiro crescimento nos quadros, mas precisamos de ir aos mapas para perceber que investimento é esse, pois o documento não explica. E aí percebemos que parte são pagamentos de PPP. Ora esses pagamentos são investimento? Se as concessionárias estiverem a reparar as auto-estradas é sim. Se não, é apenas uma renda, que não terá impacto na actividade económica real.

Nas PPP há poupanças?

A montanha pariu um rato do

ponto de vista de renegociação das PPP. Comparando os encargos líquidos com PPP entre 2014 – 2018 inscritos nos orçamentos de 2014 e de 2015, vemos uma redução em 2014 e 2015, seguida de um aumento em 2016, 2017 e 2018. Há uma gestão política do ciclo dos pagamentos [para lá do ano eleitoral].

É urgente baixar impostos em Portugal?

Não há margem para descida de impostos se se quiser manter alguma trajectória de consolidação orçamental. Com o histórico de défices desde o 25 de Abril e a sua má reputação, Portugal precisa de recuperar alguma credibilidade. Só assim evitará que os “spreads” dos juros disparem.

Esse é um risco?

Se a esquerda radical entrasse num governo com o PS e convencesse o PS, o que não acredito, a devolver a totalidade dos salários da Função Pública em 2016, a não fazer qualquer corte nas pensões, isso agravaria o défice. Seguir-se-iam os comentários da Comissão Europeia. Alguém tem dúvidas de



que os juros da dívida soberana, no dia a seguir...

Com as políticas do BCE a garantir a dívida e a sustentar os juros há quem acredite que é possível...

Seria errado economicamente ter efeito nefasto.

Diz que não há margem orçamental para baixar impostos. Significa que está contra a redução do IRC e do IVA na restauração?

Não. Uma coisa é a receita fiscal e outra coisa é a taxa de imposto. Em relação ao IRC concordo com a descida em dois pontos para 2015 pois houve um acordo. A partir daí penso que qualquer alívio deve ser atribuído com créditos fiscais ao investimento.

E a descida do IVA nos restaurantes?

Eu sempre fui contra a subida da taxa do IVA na restauração. Do ponto de vista do emprego faria sentido baixar a taxa para o nível intermédio. E tenho muitas dúvidas de que reduza a receita no montante anunciado. ■

Bruno Simão



Especialista em políticas públicas

Paulo Trigo Pereira é professor no ISEG e especialista em políticas públicas, com contributos académicos e práticos que vão desde as finanças públicas à teoria da escolha pública, passando pela análise económica das instituições. Coordenou o grupo de trabalho que estudou a reforma da Lei das Finanças Locais em 2007 e participou no Comissão que propôs o PRACE – o Programa de Reforma da Administração Central do Estado. Recentemente liderou a criação do “Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson – Correia da Serra” um “think-tank” a que preside e se dedica à análise das políticas públicas em Portugal. Considera-se um economista de centro esquerda que se afasta das posições da esquerda radical que vê apenas ideologia e pouca economia. O IPP, sendo um projecto independente e apartidário, acaba posicionado à esquerda, o que, afirmou recentemente ao Económico, lhe tem dificultado a recolha de financiamento para o projecto nascido em 2013.

“Há uma realidade para lá da ideologia”

O Governo diz que não consegue cortar na despesa devido às decisões do Tribunal Constitucional (TC). Concorda?

Concordo que os acordãos introduziram rigidez nos cortes na despesa, isso sem dúvida. Espero que o TC perceba cada vez melhor o impacto económico das suas decisões.

Acha que não percebeu?

Um tribunal tem tido um papel muito importante de moderação dos excessos do Governo. Dito isto, acho que está a ver mal a situação económica do País. Argumentou que o período de excepcionalidade financeira coincidia com o período da troika. Mas nós estamos numa situação pior do ponto de vista da dívida.

Agora pagamos os juros mais baixos de sempre...

O rácio de dívida pública no PIB, que controlamos, estava mal em 2011 e está muito pior em 2014. A variável

exógena são os juros da dívida – se subirem por alguma razão, ficamos outra vez com a corda na garganta.

A excepcionalidade mantém-se até ao orçamento equilibrado?

O quase equilíbrio orçamental, ou seja, um saldo estrutural entre -1% do PIB e 0% está previsto na revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento. O Tribunal tem obrigatoriamente de concluir que fase de excepcionalidade se mantém até ao saldo estrutural

de -1% do PIB. E ter em conta também o rácio de dívida no PIB.

Onde é que se corta na despesa?

É preciso pelo menos que os salários e pensões não cresçam acima do crescimento nominal. Era muito importante que o Tribunal Constitucional se pronunciasse sobre uma trajetória precisa de evolução, mesmo que condicional ao crescimento da economia ou das receitas fiscais. O mesmo em relação às pensões.

O Governo repôs o valor das pensões, com a excepção das mais elevadas. Esta será a principal dor de cabeça do próximo governo?

Vai ser a grande dor de cabeça de quem fizer o Orçamento do Estado de 2016. Precisamos de um grande diálogo na sociedade portuguesa sobre a sustentabilidade da segurança social. Há economistas, sobretudo na esquerda radical, que não perceberam a questão da pirâmide demográfica invertida. Não perceberam que há um peso cada vez maior da população idosa e que há uma população activa cada vez menor, com menos jovens. Não perceberam os dados e a implicação dos dados e acham que é tudo ideologia e um ataque ao Estado social. A ideologia tem o seu papel, mas há uma realidade para lá da ideologia.

Portugal deve de alguma forma reestruturar dívida pública?

Eu prefiro a palavra renegociação a reestruturação. O efeito económico pode ser equivalente, mas a renegociação estende maturidades e altera juros sem aplicar cortes ao capital.

A renegociação incluiria dívida da troika e dívida detida por privados?

Penso que às duas, eu não tenho solução, mas temos de perceber que há um problema para resolver e o Governo deve ter uma atitude muito mais proactiva no quadro europeu. A solução não é unilateral, mas a posição deve ser determinada, procurando aliados. Não podemos ter os encargos com a dívida que temos actualmente.

Há quem aponte que o peso da factura com juros no PIB é igual à do início dos anos 90, e nessa altura conseguia-se pagar...

Isso é perfeitamente pueril e irresponsável. Se houver qualquer fenómeno, por exemplo, o aumento do preço do barril de petróleo, ou algum acontecimento à escala mundial que faça subir os juros, no dia seguinte estamos a pedir outro resgate. Isso é o caminho para o suicídio. ■

“Há economistas, sobretudo na esquerda radical, que não perceberam a questão da pirâmide demográfica invertida.”